

MP sugere medidas para RJ usar royalties do petróleo na educação

26/12/2022

O Ministério Público fluminense apresentou ao estado do Rio de Janeiro uma série de recomendações de aplicação de recursos públicos, como os royalties do petróleo, na educação.

Agência Brasil



Agência Brasil MP-RJ sugere medidas para Estado usar royalties do petróleo na área da educação

Segundo o MP, a Lei 12.858/2013 determina que as receitas dos estados e municípios provenientes dos royalties do petróleo devem ser aplicadas no montante de 75% para a área de educação e 25% para a saúde.

A promotoria destaca, entretanto, que "no portal da transparência do estado não consta nenhuma despesa paga com a fonte de recursos dos royalties da educação para os exercícios de 2018 a 2022 na Função 12, em que pese os vultosos recursos recebidos dessa fonte R\$ 2.715.372.626,30".

Diante disso, o MP-RJ recomenda a completa segregação financeira desses recursos, em conta específica, titularizada pela Secretaria estadual de Educação, segundo disposto nos artigos 68 e 77 da Lei 9.394/1996. Além disso, aponta que a gestão e a ordenação de despesas dessa conta devem ser feitas exclusivamente pelo titular da pasta.

Isso garantiria, na visão da promotoria, não apenas a correta destinação dos repasses, mas também o seu depósito permanente, além de impedir a multiplicidade de ordenadores de despesas e de garantir a centralização e o controle operacional dos recursos vinculados.

O MP também recomenda que o estado do Rio encaminhe ao Poder Legislativo, justificadamente, um projeto de alteração da Lei Orçamentária Anual, com fonte específica para as receitas dos royalties, e, entre outras medidas, deixe de realizar qualquer limitação de empenho e movimentação financeira que comprometa a aplicação dos recursos dos royalties vinculados à educação. *Com informações da assessoria de imprensa do MP-RJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-dez-26/mp-sugere-medidas-rj-usar-royalties-petroleo-educacao/>